

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de reais)

Senhores cooperados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2017 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Médio Oeste – SICOOB MÉDIO OESTE, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 11/04/2017 o SICOOB MÉDIO OESTE completou 12 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2017, o SICOOB MÉDIO OESTE obteve um resultado de R\$ 920 antes das destinações, representando um retorno anual de 6,75% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 10.120. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 74.893.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

| | | | | |
|--------------------|-----|--------|-------|---|
| Carteira rural | R\$ | 17.950 | 23,97 | % |
| Carteira comercial | R\$ | 56.943 | 76,03 | % |

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 20,23% da carteira, no montante de R\$ 15.151.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 49.427, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 34,56%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

| | | | | |
|-------------------|-----|--------|-------|---|
| Depósitos à vista | R\$ | 8.811 | 17,82 | % |
| Depósitos a prazo | R\$ | 40.616 | 82,18 | % |

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 28,97% da captação, no montante de R\$ 13.997.

5. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do SICOOB MÉDIO OESTE era de R\$ 13.632. O quadro de cooperados era composto por 5.890 cooperados, havendo um acréscimo de 35,27% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB MÉDIO OESTE adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os cooperados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL UNICOOB., que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito anualmente na AGO, com mandato até a AGO de 2018., o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. Em 2017, todos os membros efetivos do conselho fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL UNICOOB, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB MÉDIO OESTE aderiram, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o

cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2017, a ouvidoria do SICOOB registrou 7 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelo SICOOB MÉDIO OESTE. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 7 reclamações, 2 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.
ASSIS CHATEAUBRIAND, 02 de Fevereiro de 2018.

EDIVALDO LIBERATO
Diretor Administrativo Financeiro

NADIR LULU FERREIRA DA COSTA
Diretora Superintendente

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO MÉDIO OESTE - SICOOB MÉDIO OESTE
SICOOB MÉDIO OESTE

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Valores expressos em milhares de Reais

| A T I V O | 31/12/2017 | 31/12/2016 | P A S S I V O E P A T R I M O N I O L Í Q U I D O | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|---|-------------------|-------------------|--|-------------------|-------------------|
| Circulante | 60.906 | 38.419 | Circulante | 69.625 | 51.279 |
| Disponibilidades (Nota 4) | 473 | 278 | Depósitos (Nota 10) | 49.427 | 36.731 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 4) | 1.186 | - | Depósitos à vista | 8.811 | 6.961 |
| Relações interfinanceiras (Nota 4) | 10.120 | 8.117 | Depósitos à prazo | 40.616 | 29.770 |
| Operações de Crédito (Nota 5) | 47.500 | 28.162 | Relações Interfinanceiras (Nota 11) | 13.724 | 7.279 |
| Operações de crédito | 49.499 | 28.829 | Relações Interdependências (Nota 12) | 1.578 | 1.308 |
| (Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) | (1.999) | (667) | Obrigações por empréstimos (Nota 11) | 3.158 | 4.600 |
| Outros Créditos (Nota 6) | 1.296 | 1.202 | Outras Obrigações (Nota 13) | 1.738 | 1.361 |
| Rendas a Receber | 121 | 137 | Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | 26 | 8 |
| Créditos por avais e fianças honradas | 104 | 57 | Sociais e Estatutárias | 434 | 248 |
| Diversos | 1.360 | 1.101 | Fiscais e Previdenciárias | 132 | 115 |
| (Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) | (289) | (93) | Diversas | 1.146 | 990 |
| Outros Valores e Bens (Nota 7) | 331 | 660 | Exigível a Longo Prazo | 4.002 | 1.731 |
| Outros valores e bens | 316 | 638 | Relações Interfinanceiras (Nota 11) | 3.992 | 1.650 |
| (Provisão para desvalorização de bens) | - | (126) | Relações Interfinanceiras | 3.992 | 1.650 |
| Despesas Antecipadas | 15 | 148 | Outras Obrigações (Nota 26) | 10 | 81 |
| Não Circulante | 26.353 | 24.668 | Diversas | 10 | 81 |
| Realizável a Longo Prazo | 23.953 | 23.056 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15) | 13.632 | 10.077 |
| Operações de Crédito (Nota 5) | 23.953 | 23.056 | Capital Social | 9.554 | 7.973 |
| Operações de crédito | 25.394 | 24.029 | Reserva de Lucros | 3.158 | 1.357 |
| (Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) | (1.441) | (973) | Sobras do Exercício | 920 | 747 |
| Permanente | 2.400 | 1.612 | TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 87.259 | 63.087 |
| Investimentos (Nota 8) | 1.244 | 702 | | | |
| Imobilizado em Uso (Nota 9) | 1.084 | 794 | | | |
| Intangível | 72 | 116 | | | |
| TOTAL DO ATIVO | 87.259 | 63.087 | | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO MÉDIO OESTE - SICOOB MÉDIO OESTE
SICOOB MÉDIO OESTE

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

| DESCRIÇÃO DAS CONTAS | Valores expressos em milhares de Reais | | |
|--|--|----------------|----------------|
| | 2º Semestre 2017 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira (nota 18.1) | 8.387 | 15.561 | 12.280 |
| Operações de Crédito | 8.354 | 15.528 | 12.280 |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários | 33 | 33 | - |
| Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira (Nota 19.1) | (4.166) | (7.605) | (6.427) |
| Operações de Captação no Mercado | (1.559) | (3.477) | (4.104) |
| Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses | (652) | (1.171) | (927) |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (1.955) | (2.957) | (1.396) |
| Resultado Bruto da Intermediação Financeira | 4.221 | 7.956 | 5.853 |
| Outras Receitas/Despesas (Ingressos/Dispêndios) Operacionais | (2.657) | (4.747) | (3.741) |
| Receitas(Ingressos) de Prestação de Serviços | 512 | 1.070 | 953 |
| Rendas(Ingressos) de Tarifas Bancárias | 726 | 1.338 | 1.044 |
| Despesas(Dispêndios) de Pessoal (nota19.2) | (2.107) | (3.882) | (3.012) |
| Outras Despesas(Dispêndios) Administrativas (nota19.3) | (2.274) | (4.455) | (3.792) |
| Despesas(Dispêndios) Tributárias | (44) | (91) | (61) |
| Outras Receitas(Ingressos) Operacionais (Nota 18) | 549 | 1.010 | 722 |
| Ingressos de Depósitos Intercooperativos (Nota 18) | 373 | 935 | 1.067 |
| Outras Despesas(Dispêndios) Operacionais (Nota19) | (392) | (672) | (662) |
| Resultado Operacional | 1.564 | 3.209 | 2.112 |
| Resultado Não Operacional (Nota 20) | (14) | (5) | (91) |
| Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro | 1.550 | 3.204 | 2.021 |
| Participações Estatutárias no Lucro | - | (1.708) | (635) |
| Fates - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social | | (131) | (92) |
| Reserva de Lucros | | (1.577) | (543) |
| Juros sobre Capital Próprio | (250) | (576) | (639) |
| Juros sobre Capital Próprio | (250) | (576) | (639) |
| Lucro/Prejuízo (Sobras/Perdas) Líquido | 1.300 | 920 | 747 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO MÉDIO OESTE - SICOOB MÉDIO OESTE
SICOOB MÉDIO OESTE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

| Eventos | Capital | | Reservas de Sobras | Valores expressos em milhares de Reais | |
|---|-------------------|--------------------|--------------------|--|---------------|
| | Capital Subscrito | Capital a Realizar | Legal | Sobras ou Perdas Acumuladas | Totais |
| Saldo em 31/12/2015 | 6.031 | (1) | 814 | 275 | 7.119 |
| Destinação de Sobras Exercício Anterior: | | | | | |
| Em Conta Corrente do Associado | - | - | - | (138) | (138) |
| Ao Capital | 137 | - | - | (137) | - |
| Movimentação de Capital: | | | | | |
| Por Subscrição/Realização | 1.522 | (1) | - | - | 1.521 |
| Por Devolução (-) | (351) | - | - | - | (351) |
| Sobras ou Perdas Líquidas | - | - | - | 2.021 | 2.021 |
| FATES - Atos Não Cooperativos | - | - | - | (24) | (24) |
| Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios: | | | | | |
| . Fundo de Reserva | - | - | 543 | (543) | - |
| . F A T E S | - | - | - | (68) | (68) |
| Juros ao capital próprio | 637 | - | - | (639) | (2) |
| IR Juros ao capital próprio | (1) | - | - | - | (1) |
| Saldos em 31/12/2016 | 7.975 | (2) | 1.357 | 747 | 10.077 |
| Saldos em 31/12/2016 | 7.975 | (2) | 1.357 | 747 | 10.077 |
| Destinação de Perdas Exercício Anterior: (Nota 15) | | | | | |
| Constituição de Reservas | - | - | 224 | (224) | - |
| Em Conta Corrente do Associado | - | - | - | (366) | (366) |
| Ao Capital | 157 | - | - | (157) | - |
| Movimentação de Capital: | | | | | |
| Por Subscrição/Realização | 1.343 | (1) | - | - | 1.342 |
| Por Devolução (-) | (493) | - | - | - | (493) |
| Sobras ou Perdas Líquidas | - | - | - | 3.204 | 3.204 |
| Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios: | | | | | |
| . Fundo de Reserva | - | - | 1.577 | (1.577) | - |
| . F A T E S | - | - | - | (131) | (131) |
| Provisão de Juros ao Capital (Nota 17) | | | | | |
| Juros ao capital próprio | 576 | - | - | (576) | (576) |
| IR Juros ao capital próprio | (1) | - | - | - | (1) |
| Saldos em 31/12/2017 | 9.557 | (3) | 3.158 | 920 | 13.632 |
| Saldos em 30/06/2017 | 8.465 | (2) | 1.581 | 1.328 | 11.372 |
| Movimentação de Capital: | | | | | |
| Por Subscrição/Realização | 780 | (1) | - | - | 779 |
| Por Devolução (-) | (264) | - | - | - | (264) |
| Sobras ou Perdas Líquidas | - | - | - | 1.550 | 1.550 |
| Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios: | | | | | |
| . Fundo de Reserva | - | - | 1.577 | (1.577) | - |
| . F A T E S | - | - | - | (131) | (131) |
| Provisão de Juros ao Capital (Nota 17) | | | | | |
| Juros ao capital próprio | 576 | - | - | (250) | (250) |
| IR Juros ao capital próprio | - | - | - | - | - |
| Saldos em 31/12/2017 | 9.557 | (3) | 3.158 | 920 | 13.632 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO MÉDIO OESTE - SICOOB MÉDIO OESTE
SICOOB MÉDIO OESTE

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

| DESCRIÇÃO | 2º Semestre 2017 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|---|------------------|-----------------|----------------|
| Sobras/Perdas do Exercício | 1.550 | 3.204 | 2.021 |
| Ajustes por: | 1.165 | 1.468 | 193 |
| Provisão para Operações de Crédito | 1.290 | 1.800 | 636 |
| Provisão de Juros ao Capital | (250) | (576) | (635) |
| Baixa de Ativo Permanente | 1 | 1 | - |
| Depreciações e Amortizações | 124 | 243 | 192 |
| Aumento (redução) em ativos operacionais | (16.257) | (22.986) | (5.499) |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | (1.186) | (1.186) | - |
| Operações de Crédito | (15.513) | (22.035) | (5.262) |
| Outros Créditos | 37 | (93) | (427) |
| Outros Valores e Bens | 405 | 328 | 190 |
| Aumento (redução) em passivos operacionais | 13.282 | 20.616 | 1.803 |
| Depósitos a Vista | 375 | 1.850 | 1.284 |
| Depósitos sob Aviso | 2 | (6) | (21) |
| Depósitos a Prazo | 2.473 | 10.852 | 3.525 |
| Outras Obrigações | (31) | 305 | 352 |
| Relações Interdependências | 1.578 | 270 | 43 |
| Relações Interfinanceiras | 6.177 | 8.787 | (6.380) |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses | 2.708 | (1.442) | 3.000 |
| Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais | (260) | 2.302 | (1.482) |
| Atividades de Investimentos | | | |
| Alienação de Imobilizado de Uso | - | - | (216) |
| Alienação de Imobilizações de Uso | (107) | (471) | - |
| Aplicação no Intangível | (16) | (20) | (27) |
| Aplicação no Investimento | (235) | (542) | - |
| Inversões em Investimentos | - | - | (1) |
| Imobilizações em curso | 7 | 2 | (11) |
| Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos | (351) | (1.031) | (255) |
| Atividades de Financiamentos | | | |
| Aumento por novos aportes de Capital | 780 | 1.342 | 2.156 |
| Devolução de Capital à Cooperados | (264) | (493) | (351) |
| Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados | - | (366) | - |
| FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos | (131) | (131) | - |
| Sobras / Perdas do Exercício | - | - | (229) |
| Subscrição do Juros ao Capital | 576 | 576 | - |
| IRRF sobre Juros ao Capital | (1) | (1) | - |
| Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos | 960 | 927 | 1.576 |
| Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades | 349 | 2.198 | (161) |
| Modificações em Disponibilidades Líquida | | | |
| No Início do Período | 10.244 | 8.395 | 8.556 |
| No Fim do Período | 10.593 | 10.593 | 8.395 |
| Varição Líquida das Disponibilidades | 349 | 2.198 | (161) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO MÉDIO OESTE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO MÉDIO OESTE - SICOOB MÉDIO OESTE**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, que iniciou suas atividades em 06 de junho de 2005, filiada à **Central das Cooperativas de Crédito Unicoob – SICOOB CENTRAL UNICOOB** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB MÉDIO OESTE** possui 4 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **ASSIS CHATEAUBRIAND – PR, CAFELÂNDIA - PR, JESUÍTAS - PR, TUPÃSSI - PR**

O **SICOOB MÉDIO OESTE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 22/01/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do

Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL UNICOOB** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2017** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2017**.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o caixa e equivalentes de caixa compreendem:

| Descrição | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|---|---------------|--------------|
| Disponibilidades | 473 | 278 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 1.186 | - |
| Centralização Financeira – Cooperativas (a) | 10.120 | 8.117 |
| TOTAL | 11.779 | 8.395 |

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL UNICOOB** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- I. Ter como finalidade atender a compromissos de curto prazo.
- II. Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.
- III. Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor.

Ter prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição

A remuneração média da Centralização Financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de 100,16 % (2016 – 98,43 %) do CDI e sua liquidez é imediata, desde que a cooperativa filiada mantenha 20% do saldo médio dos seus depósitos junto ao Sicoob Central Unicoob. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a remuneração da centralização financeira foi de R\$ 935 (2016 - R\$ 1.067), respectivamente, registrada no grupo "Outras receitas operacionais" da demonstração das sobras ou perdas.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

| Modalidade | 31/12/2017 | | | 31/12/2016 |
|---|---------------|----------------|---------------|---------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | |
| Adiantamento a Depositante | 209 | - | 209 | 189 |
| Empréstimos | 24.222 | 20.314 | 44.536 | 29.365 |
| Títulos Descontados | 9.135 | - | 9.135 | 11.016 |
| Financiamentos | 1.332 | 1.731 | 3.063 | 3.314 |
| Financiamentos Rurais e Agroindustriais | 14.601 | 3.349 | 17.950 | 8.974 |
| (-) Provisões para Operações de Crédito | (1.999) | (1.441) | (3.440) | (1.640) |
| TOTAL | 47.500 | 23.953 | 71.453 | 51.218 |

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

| Nível / Percentual de Risco / Situação | Empréstimo / TD | A.D / Cheque Especial / Conta Garantida | Financiamentos | Financiamentos Rurais | Total em 31/12/2017 | Provisões 31/12/2017 | Total em 31/12/2016 | Provisões 31/12/2016 |
|--|-----------------|---|----------------|-----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| AA - Normal | 734 | - | - | - | 734 | - | 1.208 | 0 |
| A 0,5% Normal | 21.029 | 69 | 953 | 8.231 | 30.282 | (151) | 24.571 | (123) |
| B 1% Normal | 13.958 | 2.985 | 784 | 7.894 | 25.621 | (256) | 18.100 | (181) |
| B 1% Vencidas | 516 | - | 76 | - | 592 | (6) | 1.318 | (13) |
| C 3% Normal | 4.606 | 1.417 | 908 | 1.382 | 8.313 | (249) | 3.526 | (106) |
| C 3% Vencidas | 1.875 | 23 | 104 | 33 | 2.034 | (61) | 1.229 | (37) |
| D 10% Normal | 1.040 | 328 | 97 | 267 | 1.732 | (173) | 494 | (49) |
| D 10% Vencidas | 776 | 10 | 39 | 137 | 962 | (96) | 959 | (96) |
| E 30% Normal | 1.557 | 80 | 58 | - | 1.695 | (509) | 90 | (27) |
| E 30% Vencidas | 841 | 7 | - | - | 848 | (255) | 247 | (74) |
| F 50% Normal | 165 | 79 | - | - | 245 | (122) | 95 | (48) |
| F 50% Vencidas | 262 | 9 | 13 | - | 283 | (142) | 169 | (85) |
| G 70% Normal | 109 | 104 | - | - | 214 | (150) | 57 | (40) |
| G 70% Vencidas | 210 | 10 | - | - | 220 | (154) | 109 | (76) |
| H 100% Normal | 529 | 95 | - | - | 625 | (625) | 196 | (196) |
| H 100% Vencidas | 399 | 57 | 30 | 6 | 492 | (492) | 490 | (490) |
| Total Normal | 43.728 | 5.157 | 2.802 | 17.774 | 69.461 | (2.235) | 48.337 | (770) |
| Total Vencidos | 4.878 | 117 | 261 | 176 | 5.432 | (1.205) | 4.521 | (871) |

| | | | | | | | | |
|----------------------|---------------|--------------|--------------|---------------|---------------|----------|---------------|----------|
| Total Geral | 48.607 | 5.274 | 3.063 | 17.950 | 74.894 | (3.441) | 52.858 | (1.640) |
| Provisões | (2.711) | (410) | (111) | (209) | (3.441) | - | 1.640 | - |
| Total Líquido | 45.896 | 4.864 | 2.952 | 17.741 | 71.453 | - | 51.218 | - |

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

| Descrição | Até 90 | De 91 até 360 | Acima de 360 | Total |
|-----------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Empréstimos | 6.905 | 12.252 | 20.314 | 39.471 |
| Adiantamento a Depositante | 209 | - | - | 209 |
| Cheque Especial e Conta Garantida | 5.065 | - | - | 5.065 |
| Financiamentos | 373 | 959 | 1.731 | 3.063 |
| Títulos Descontados | 7.766 | 1.369 | - | 9.135 |
| Financiamentos Rurais | 2.549 | 12.052 | 3.349 | 17.950 |
| TOTAL | 22.867 | 26.632 | 25.394 | 74.893 |

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

| Descrição | Conta Corrente | Empréstimo / Financiamento | Título Descontado | Crédito Rural | 31/12/2017 | % da Carteira |
|---------------------------|----------------|----------------------------|-------------------|---------------|---------------|---------------|
| Setor Privado - Comércio | 1.793 | 6.316 | 3.166 | - | 11.275 | 15% |
| Setor Privado - Indústria | 25 | 110 | 1 | 1.241 | 1.377 | 2% |
| Setor Privado - Serviços | 1.662 | 15.172 | 5.255 | - | 22.089 | 29% |
| Pessoa Física | 1.766 | 20.423 | 713 | 16.709 | 39.611 | 53% |
| Outros | 28 | 513 | - | - | 541 | 1% |
| TOTAL | 5.274 | 42.534 | 9.135 | 17.950 | 74.893 | 100% |

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

| Descrição | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|-----------------------------|--------------|--------------|
| Saldo Inicial | 2 | 1.005 |
| Constituições | 30.990 | 19.609 |
| Reversões | (29.066) | (18.974) |
| Transferência para prejuízo | (829) | (688) |
| Reversões de Prejuízo | 338 | 126 |
| TOTAL | 1.435 | 1.078 |

f) Concentração dos Principais Devedores:

| Descrição | 31/12/2017 | % Carteira Total | 31/12/2016 | % Carteira Total |
|----------------------|------------|------------------|------------|------------------|
| Maior Devedor | 1.695 | 2,26% | 1.023 | 1,87% |
| 10 Maiores Devedores | 9.477 | 12,64% | 6.861 | 12,54% |
| 50 Maiores Devedores | 25.985 | 34,65% | 20.973 | 38,35% |

Obs: Não contempla Grupos Econômicos

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

| Descrição | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|--|--------------|--------------|
| Saldo inicial | 1.795 | 1.233 |
| Valor das operações transferidas no período | 829 | 688 |
| Valor das operações recuperadas no período | (314) | (117) |
| Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas | (24) | (9) |
| TOTAL | 2.286 | 1.795 |

h) Operações renegociadas:

Durante o exercício de **2017**, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 8.395, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, renovações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

| Modalidade | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|--|--------------|--------------|
| Avais e Fianças Honrados | 104 | 57 |
| Rendas a Receber | 121 | 137 |
| Diversos (a) | 1.360 | 1.101 |
| (-) Provisões para Outros Créditos (b) | (289) | (93) |
| TOTAL | 1.296 | 1.202 |

(a) Refere-se a devedores por adiantamentos salariais (R\$ 13), pagamento de despesas antecipadas (R\$ 59), depósitos em garantia (R\$ 281), impostos e contribuições a compensar e recuperar (R\$ 238), pagamentos a ressarcir (R\$ 2), compra de valores e bens (R\$ 528), títulos e créditos a receber (R\$ 78) e devedores diversos (R\$ 161).

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, junto a provisões de tributos, tarifas e outras sem características de concessão de crédito.

7. Outros valores e bens

| Descrição | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|--------------------------------------|------------|------------|
| Bens Não de Uso Próprio (a) | 316 | 638 |
| Material em Estoque | 1 | - |
| (Provisões para Desvalorizações) (b) | - | -126 |
| Despesas Antecipadas (c) | 15 | 148 |
| TOTAL | 332 | 660 |

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL UNICOOB**, ações da administradora de consórcio e gestão de ativos.

| Descrição | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|---|--------------|------------|
| Participações em cooperativa central de crédito | 1.243 | 701 |
| Outras participações | 1 | 1 |
| TOTAL | 1.244 | 702 |

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

| Descrição | 31/12/2017 | 31/12/2016 | Taxa Depreciação |
|--------------------------|------------|------------|------------------|
| Imobilizado em Curso (a) | 9 | 11 | - |
| Instalações | 696 | 347 | 10% |

| | | | |
|--|--------------|------------|----------|
| (-) Depreciação Acumulada de Instalações | (208) | (56) | - |
| Móveis e equipamentos de Uso | 466 | 394 | 10% |
| (-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso | (149) | (120) | - |
| Sistema de Comunicação | 22 | 22 | 20% |
| Sistema de Processamento de Dados | 454 | 334 | 20% |
| Sistema de Segurança | 94 | 98 | 20% |
| Sistema de Transporte | 42 | 42 | 20% |
| (-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso | (342) | (279) | - |
| TOTAL | 1.084 | 794 | - |

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

| Descrição | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|--------------------|---------------|---------------|
| Depósito à Vista | 8.811 | 6.961 |
| Depósito Sob Aviso | 43 | 49 |
| Depósito a Prazo | 40.573 | 29.721 |
| TOTAL | 49.427 | 36.731 |

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN n.º 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

| Descrição | 31/12/2017 | % Carteira Total | 31/12/2016 | % Carteira Total |
|-------------------------|------------|------------------|------------|------------------|
| Maior Depositante | 3.333 | 6,64% | 1.314 | 4,00% |
| 10 Maiores Depositantes | 10.696 | 21,29% | 6.333 | 17,00% |
| 50 Maiores Depositantes | 21.219 | 42,24% | 15.632 | 42,00% |

Despesas com operações de captação de mercado:

| Descrição | 2017 | 2016 |
|--|----------------|----------------|
| Despesas de Depósitos de Aviso Prévio | (2) | (4) |
| Despesas de Depósitos a Prazo | (1.500) | (2.067) |
| Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos | (35) | (71) |
| TOTAL | (1.537) | (2.142) |

11. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas

modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

| Instituições | Taxa | Vencimento | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|---------------------------------|------------|------------|---------------|---------------|
| Cooperativa Central | - | 09/05/2018 | 3.158 | 4.600 |
| Recursos do Bancoob | 2% a 14,7% | 30/09/2024 | 18.688 | 9.234 |
| (-) Despesa a apropriar Bancoob | - | - | (972) | (305) |
| TOTAL | | | 20.874 | 13.529 |

12. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

| Descrição | 2017 | 2016 |
|---------------------------------------|--------------|--------------|
| Ordens de Pagamento (a) | 1.578 | 1.307 |
| Recebimentos em Trânsito de Terceiros | - | 1 |
| TOTAL | 1.578 | 1.308 |

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

13. Outras Obrigações

| Descrição | 2017 | 2016 |
|---|--------------|--------------|
| Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados | 26 | 8 |
| Sociais e Estatutárias (13.1) | 434 | 248 |
| Impostos e contribuições a recolher (Impostos e contribuições a recolher) | 132 | 115 |
| Diversas (13.2) | 1.156 | 1.071 |
| TOTAL | 1.748 | 1.442 |

13.1 Sociais e Estatutárias

| Descrição | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|---------------------------------------|------------|------------|
| Resultado de Atos com Associados (a) | 131 | 134 |
| Gratificações e Participações a Pagar | 279 | 87 |
| Cotas de Capital a Pagar (b) | 24 | 27 |
| TOTAL | 434 | 248 |

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Diversas

| Descrição | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|---|--------------|--------------|
| Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos | 14 | 1 |
| Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento | 49 | 29 |
| Provisão para Pagamentos a Efetuar (a) | 625 | 657 |
| Provisão para Passivos Contingentes | 10 | 81 |
| Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b) | 187 | - |
| Credores Diversos – País (c) | 272 | 302 |
| TOTAL | 1.156 | 1.071 |

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com salários, 13º salário, férias e provisões para despesas administrativas.

(b) Refere-se à contabilização, a partir de 31/01/2017, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2017**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 187, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Referem-se Credores Diversos – País composto por valores pendentes de compensação pela cooperativa, como cheques depositados e não compensados e cobranças pendentes de repasse.

14. Instrumentos financeiros

O **SICOOB MÉDIO OESTE** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2017**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 1.343**.

| Descrição | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|----------------|------------|------------|
| Capital Social | 9.554 | 7.973 |
| Associados | 5.890 | 4.628 |

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 60%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23/03/2017, foi aprovada a destinação das sobras líquidas de R\$ 747 referentes ao exercício de 2016, sendo deste montante R\$ 224 destinado ao fundo de reserva e R\$ 523 rateados entre os cooperados proporcionalmente às operações por eles realizadas com a cooperativa no exercício de 2016, sendo 30% creditados em conta capital e 70% em conta corrente.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

| Descrição | 2017 | 2016 |
|---|---------|-------|
| Sobra líquida do exercício | 2.628 | 1.382 |
| Resultado de atos não cooperativos | - | (24) |
| Sobra líquida, base de cálculo das destinações | 2.628 | 1.358 |
| Destinações estatutárias | (1.708) | (611) |
| Reserva legal - 40% | (1.577) | (543) |
| Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5% | (131) | (68) |
| Sobra à disposição da Assembleia Geral | 920 | 747 |

16. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

| Descrição | 2017 | 2016 |
|---|-------|-------|
| Receita de prestação de serviços | 911 | 554 |
| Despesas específicas de atos não cooperativos | (137) | (62) |
| Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos | (363) | (225) |
| Valores conforme resolução Sicoob Confederação nº 129 e nº 149 | (530) | (251) |
| Resultado operacional | (119) | 16 |
| Receitas (despesas) não operacionais, líquidas | (5) | 8 |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | (124) | 24 |
| Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido) | (124) | 24 |

17. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

18. Outros ingressos/rendas operacionais

| Descrição | 2017 | 2016 |
|--|------|------|
| Recuperação de Encargos e Despesas | 329 | 284 |
| Rendas Juros Cartão De Crédito | 293 | 200 |
| Rendas Multas Por Atraso - Cartão De Crédito | 46 | 60 |
| Crédito Receita Sipag - Faturamento | 69 | 27 |
| Crédito Receita Sipag - Antecipação | 234 | 67 |
| Rendas Intercâmbio - Cartão De Crédito | 70 | 49 |
| Rendas Intercâmbio - Cartão De Débito | 33 | 20 |
| Receita Volume Financeiro - Rede | 7 | 1 |

| | | |
|-------------------------------|--------------|------------|
| Deduções E Abatimentos | 1 | - |
| Rendas De Repasses Delcredere | 45 | 13 |
| Outras Rendas Operacionais | - | 2 |
| TOTAL | 1.127 | 722 |

18.1 Ingressos da Intermediação Financeira

| Descrição | 2017 | 2016 |
|---|---------------|---------------|
| Rendas de Adiantamentos a Depositantes | 441 | 413 |
| Rendas de Empréstimos | 10.278 | 7.368 |
| Rendas de Direitos Creditórios Descontados | 2.670 | 2.765 |
| Rendas de Financiamentos | 741 | 809 |
| Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres | 5 | - |
| Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres | 35 | - |
| Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios) | 404 | - |
| Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural | 119 | - |
| Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA | 67 | - |
| Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc | 437 | 786 |
| Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados | 5 | - |
| Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 33 | - |
| Recuperação de créditos baixados como prejuízo | 325 | 140 |
| TOTAL | 15.561 | 12.280 |

19. Outros dispêndios/despesas operacionais

| Descrição | 2017 | 2016 |
|--|--------------|--------------|
| Perdas - fraudes externas | (5) | - |
| Perdas - práticas inadequadas | (3) | (1) |
| Custos com portabilidade - rco | (2) | (1) |
| Descontos concedidos - operações de crédito | (103) | (158) |
| Correspondente bancário | (1) | (2) |
| Contribuição ao fundo garantidor de depósitos | (105) | (96) |
| Multa e juros diversos | (7) | (12) |
| Tarifa recebimento convênio - inss | (1) | (1) |
| Passivos Trabalhistas | - | (10) |
| Passivos Contingentes | - | (19) |
| Cancelamento - tarifas pendentes | (106) | (70) |
| Fundo de desenvolvimento | (80) | - |
| Descontos concedidos - oper crédito - proger equaliz | - | (7) |
| Descontos concedidos - oper crédito - cpr rpl | (36) | (21) |
| Estorno juros mora - oper crédito - rpl | (1) | (1) |
| Estorno juros mora - oper crédito - rec repassados | (2) | (1) |
| Contrib. ao fundo ressarc. fraudes externas | (3) | (1) |
| Contrib. ao fundo ressarc. perdas operacionais | (2) | (1) |
| Contrib. ao fundo tecnologia da informação | (116) | (114) |
| Outras contrib. diversas (outras despesas operac.) | (99) | (145) |
| Outras provisões operacionais | - | (1) |
| TOTAL | (672) | (662) |

19.1 Despesas de Pessoal

| Descrição | 2017 | 2016 |
|--|----------------|----------------|
| Despesas de Honorários - Conselho Fiscal | (37) | (33) |
| Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração | (531) | (392) |
| Despesas de Pessoal - Benefícios | (724) | (515) |
| Despesas de Pessoal - Encargos Sociais | (690) | (502) |
| Despesas de Pessoal - Proventos | (1.851) | (1.551) |
| Despesas de Pessoal - Treinamento | (15) | (1) |
| Despesas de Remuneração de Estagiários | (34) | (18) |
| TOTAL | (3.882) | (3.012) |

19.2 Despesas Administrativas

| Descrição | 2017 | 2016 |
|--|----------------|----------------|
| Despesas de Água, Energia e Gás | (103) | (97) |
| Despesas de Aluguéis | (228) | (176) |
| Despesas de Comunicações | (176) | (170) |
| Despesas de Manutenção e Conservação de Bens | (66) | (34) |
| Despesas de Material | (109) | (81) |
| Despesas de Processamento de Dados | (436) | (254) |
| Despesas de Promoções e Relações Públicas | (134) | (96) |
| Despesas de Propaganda e Publicidade | (61) | (34) |
| Despesas de Publicações | (3) | (2) |
| Despesas de Seguros | (113) | (24) |
| Despesas de Serviços do Sistema Financeiro | (820) | (948) |
| Despesas de Serviços de Terceiros | (295) | (234) |
| Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança | (319) | (301) |
| Despesas de Serviços Técnicos Especializados | (108) | (71) |
| Despesas de Transporte | (250) | (188) |
| Despesas de Viagem no País | (58) | (30) |
| Outras Despesas Administrativas | (932) | (860) |
| Despesas de Amortização | (52) | (47) |
| Despesas de Depreciação | (192) | (145) |
| TOTAL | (4.455) | (3.792) |

20. Resultado não operacional

| Descrição | 2017 | 2016 |
|--|------------|-------------|
| Lucro em Transações com Valores de Bens | - | 4 |
| Ganhos de Capital | 27 | 6 |
| Outras Rendas não Operacionais | 17 | 1 |
| (-) Despesas de Provisões não Operacionais | - | (100) |
| (-) Outras Despesas não Operacionais | (49) | (3) |
| Resultado Líquido | (5) | (91) |

21. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de **31 de dezembro de 2017**:

| | |
|---|--------------------------------------|
| Montante das operações ativas (carteira de crédito) | % em relação à carteira total |
| 4.673 | 4,05% |
| Montante das operações passivas (aplicações financeiras) | % em relação à carteira total |
| 11.920 | 20,37% |

O valor de R\$ 4.673 refere-se a operações de empréstimo e crédito rural concedidas no período de 01/01/2017 a 31/12/2017, somado ao saldo de adiantamento a depositante e utilização de cheque especial e conta garantida em 31/12/2017.

O valor de R\$ 11.920 refere-se a recursos de depósito a prazo aplicados no período de 01/01/2017 a 31/12/2017.

Operações ativas e passivas – saldo em 31 de dezembro de 2017:

| Natureza da Operação de Crédito | Valor da Operação de Crédito | PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa) | % da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total |
|---------------------------------|------------------------------|---|--|
| Cheque Especial | 382 | 7 | 0,51% |
| Empréstimos e Financiamentos | 538 | 8 | 0,72% |
| Financiamentos Rurais | 1.730 | 15 | 2,31% |
| Títulos Descontados | 81 | 1 | 0,11% |

| Natureza dos Depósitos | Valor do Depósito | % em Relação à Carteira Total | Taxa Média - % |
|------------------------|-------------------|-------------------------------|----------------|
| Depósitos a prazo | 5.333 | 13,1% | 96,44% |

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

| Natureza das Operações Ativas e Passivas | Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas |
|--|---|
| Empréstimos | 1,65 a 2,50% |
| Financiamento | 1,65% |

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária no valor de R\$ 115. As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas totalizam R\$ 211.

No exercício de **31 de dezembro de 2017** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

| BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$) | |
|--|-----|
| Honorários | 390 |
| Encargos Sociais | 96 |
| Gratificação da Diretoria | 90 |
| Cédulas de Presença | 51 |
| Outros | 1 |

22. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO MÉDIO OESTE - SICOOB MÉDIO OESTE, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC UNICOOB - SICOOB CENTRAL UNICOOB, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL UNICOOB, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL UNICOOB a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB MÉDIO OESTE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL UNICOOB perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldo das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL UNICOOB:

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL UNICOOB, em 31/12/2017, foram auditadas por auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 25/01/2018, com opinião sem modificação.

23. Gerenciamento de Risco

23.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

23.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob Médio Oeste objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8º Resolução CMN 4.090/2012, o Sicoob Médio Oeste aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o Sicoob Médio Oeste possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

23.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob Médio Oeste objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Médio Oeste aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Médio Oeste possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

23.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob Médio Oeste objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN 3.988/2011, o Sicoob Médio Oeste aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

24. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

| Descrição | 2017 | 2016 |
|---|--------|--------|
| Limites Operacionais | | |
| Patrimônio de Referência (PR) | 13.596 | 10.010 |
| Ativo Ponderado por Risco RWA | 74.181 | 54.264 |
| Índice de Basileia - % | 18,33 | 18,45 |
| Imobilizado para Cálculo do limite | 1.121 | 844 |
| Índice de imobilização (limite 50%) - % | 8,24 | 8,43 |

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2017.

26. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

| Descrição | 31/12/2017 | | 31/12/2016 | |
|--|-----------------------------|---------------------|-----------------------------|---------------------|
| | Provisão para Contingências | Depósitos Judiciais | Provisão para Contingências | Depósitos Judiciais |
| Para Interposição de Recursos Trabalhistas | 10 | - | 10 | - |
| Outros | - | 281 | - | 281 |
| TOTAL | 10 | 281 | 10 | 281 |

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB MÉDIO OESTE**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 231.

27. Outros assuntos

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no **Sicoob Confederação**, a **Superintendência de Gestão de Risco e Capitais**, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

ASSIS CHATEAUBRIAND-PR, 31 de dezembro de 2017

NADIR LULU FERREIRA DA COSTA

DIRETOR SUPERINTENDENTE

EDIVALDO LIBERATO

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

ELENICE DA ROCHA SOARES PELISSON

CONTADOR 050229/O4 PR

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Diretoria Executiva e aos Cooperados da
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO MÉDIO OESTE - SICOOB MÉDIO OESTE
Assis Chateaubriand/PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Médio Oeste - Sicoob Médio Oeste, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Médio Oeste em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do Sicoob Médio Oeste para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 17 de fevereiro de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser

que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo/SP, 05 de fevereiro de 2018.

Edimilson Artilha Vieira
Contador - CRC – SP 280575/O
CNAI 4726